



O FUTURO DA GESTÃO SOCIOAMBIENTAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A CRISE AMBIENTAL BRASILEIRA

Recebido: 21/05/2015

Aprovado: 28/07/2015

¹Luiz Alberto Leandro

²Clandia Massini Gomes

³Krishna Neffa Vieira de Castro

⁴Elza Maria Neffa Vieira de Castro

RESUMO

Este artigo faz uma reflexão sobre a gestão socioambiental e a sua relação com a problemática da gestão governamental, das demandas sociais e das exigências do mercado. O estudo consiste em uma análise crítica do tema na perspectiva de um ensaio teórico. Embora governos e empresas venham incorporando a ideia de que o meio ambiente é uma variável que pode ser considerada para o desenvolvimento de políticas públicas e de estratégias mercadológicas privadas, esses atores carecem de uma visão contextual em relação à problemática. A despeito dos esforços do governo brasileiro para a promoção da gestão ambiental, a literatura revela que são necessários estudos aprofundados sobre as questões que envolvem a gestão na perspectiva socioambiental, pois os interesses governamentais, sociais e corporativos globais estão cada vez mais focados no meio ambiente como recurso estratégico.

Palavras-Chave: Meio ambiente. Desenvolvimento. Sustentabilidade.

¹ Doutor em Ciências pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Brasil

Professor do Programa de Mestrado em Administração da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Brasil
E-mail: luizleandroj@globocom

² Pós-Doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo - FEA/USP, Brasil

Professora Adjunta do Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Brasil
E-mail: clandiamg@gmail.com

³ Doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.

⁴ Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA, Brasil

Coordenadora Adjunta do Doutorado Multidisciplinar da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, Brasil
E-mail: elzaneffa@gmail.com



THE FUTURE OF SOCIAMBIENTAL MANAGEMENT: A CRITICAL ANALYSIS ON BRAZILIAN ENVIRONMENTAL CRISIS

ABSTRACT

This article reflects on the social and environmental management and its relation to the issue of government management, social demands and market requirements. The study carries out a critical analysis of the topic and its relationship from the perspective of a theoretical essay. Although governments and companies have been buying the idea that the environment is a variable that may be considered for the development of strategies and public and private policies, these actors have not much knowledge yet on how to proceed in this

matter. Despite the Brazilian government's efforts to promote environmental management, the literature shows that in depth studies are necessary on the issues surrounding the management on social and environmental perspective, as government, social and corporate interests overall are increasingly focused on the environment as a strategic resource.

Keywords: Development. Environment. Sustainability.

EL FUTURO DE LA GESTIÓN AMBIENTAL: UN ANÁLISIS CRÍTICO DE LA CRISIS AMBIENTAL DE BRASIL

RESUMEN

En este artículo se presenta una reflexión acerca de la gestión social y ambiental y su relación el tema de gestión de la gestión del gobierno, de las demandas sociales y de las exigencias del mercado. El estudio consiste en un sujeto de análisis crítico desde la perspectiva de un ensayo teórico. Aunque los gobiernos y compañías suelen incluir el medio ambiente como una variable que se puede considerar para el desarrollo de estrategias y políticas públicas y privadas, estos actores parecen tener escaso conocimiento sobre cómo proceder ante esta problemática. A pesar de los esfuerzos del

gobierno brasileño para promover la gestión ambiental, la literatura muestra que son necesarios estudios en profundidad sobre las cuestiones relacionadas con la gestión social y ambiental, una vez que los intereses del gobierno, sociales y corporativos mundiales en general están cada vez más centrados en el medio ambiente como un recurso estratégico.

Palabras clave: Desarrollo. Medio Ambiente. Sostenibilidad.



1. INTRODUÇÃO

Desde a década de 1960, movimentos políticos internacionais têm sido realizados de modo a alertar as nações sobre os riscos inerentes ao modelo de desenvolvimento capitalista, que se fundamenta na expansão exponencial das relações mercantis, na acumulação de capital, na expropriação da mais-valia e na exploração dos recursos naturais, e vem sendo acelerado desde o fim da Segunda Guerra Mundial (Andrade, 1997; Dias, 2004). Informações como as divulgadas pelo *Intergovernmental panel on climate change* – IPCC, por exemplo, apontam para a questão do aquecimento global e das mudanças climáticas causadas, especialmente, pelo aumento crescente da produção industrial.

O desafio socioambiental contemporâneo consiste em buscar alternativas para a mercantilização generalizada que caracteriza o período neoliberal. Além das questões apontadas pelo IPCC, a crise ambiental torna-se visível por uma série de fatores: concentração fundiária; monocultivo; produção de transgênicos; escassez de água potável e diminuição das espécies e do número de peixes, fruto do desmatamento, da erosão dos solos e do envenenamento dos rios e lençóis freáticos com o uso de agrotóxicos. Expressa-se, ainda, na insegurança alimentar pela dependência da agricultura frente ao complexo industrial-financeiro oligopolizado detentor de patentes sobre sementes, adubos, fertilizantes, pesticidas, herbicidas e fungicidas; na perda da diversidade biológica, da diversidade cultural e da autonomia decisória da sociedade sobre o uso dos recursos naturais finitos.

Diante da crise instalada, as comunidades técnica e política internacional vêm buscando soluções para os problemas socioambientais globais, com dificuldades para identificar um *denominador comum* capaz de unir os interesses das nações desenvolvidas e em desenvolvimento. Como exemplo, podemos citar o encontro dos 17 maiores países poluidores do mundo, realizado em julho de 2009, na Itália, que terminou sem um consenso sobre a proposta de redução de 80% das emissões dos gases causadores do efeito estufa até 2050, em relação aos níveis de 1990. A questão vinculava-se a uma

redução de 50% no mesmo período para os países emergentes (China, Índia, Brasil), que só aceitariam assumir tal meta caso os países desenvolvidos proporcionassem uma contrapartida financeira. Fora isso, países como o Canadá e a Rússia afirmaram que, provavelmente, não cumpririam a meta de redução proposta (Berlink, 2009). Embora este assunto tenha sido amplamente debatido, o desfecho desta reunião conduz-nos ao desafio de "*compatibilizar* as atividades humanas em geral - e o crescimento econômico em particular - com a manutenção de suas bases naturais, particularmente, com a conservação ecossistêmica" (Veiga, 2007, p. 91).

Os discursos de Martínez-Alier (2007), Sachs (2007a; 2007b; 2009) e Schweickart (2010) coadunam-se ao afirmarem que, enquanto não houver um acordo sobre como ocorrerá o planejamento e a gestão socioambiental nos níveis locais e globais, nenhuma decisão trará resultados efetivos para as nações individualmente e, tampouco, do ponto de vista planetário.

A problemática socioambiental incorpora as questões sobre a qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos e coletividades que, na lógica de reprodução sociometabólica do capital, se articulam ao crescimento econômico e ao consumo. Autores como Kallis et al. (2012) e Victor (2008) contestam essa articulação ao afirmarem que o crescimento econômico, na perspectiva do capitalismo contemporâneo, causa mais custos do que benefícios, especialmente do ponto de vista socioambiental. Concordando com Kallis et al. (2012), Hoepner et al. (2012) e Klitgaard & Krall (2011), considera-se que as preocupações das nações, especialmente aquelas com elevado potencial de crescimento econômico, como o Brasil, não deveriam estar orientadas para o enriquecimento, mas para a gestão de suas potencialidades, de forma a constituir um modelo de desenvolvimento sem que o crescimento da produtividade industrial seja considerado o principal paradigma de gestão.

No Brasil, discussões sobre as questões ambientais aprofundaram-se na década de 1970 em razão da pressão feita pelos países industrializados logo após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo no ano de 1972 (Santos, 2004; Lima, 2011). Embora o debate tenha sido



iniciado por conta dos limites impostos à produção industrial dos países do Hemisfério Norte, a institucionalização da temática na agenda política brasileira ensejou avanços importantes no âmbito da legislação ambiental nacional.

Diante da situação problema apresentada, objetiva-se desenvolver um ensaio teórico-conceitual sobre a gestão socioambiental governamental e sua relação com a problemática da gestão governamental, das demandas sociais, das exigências do mercado e a crise ambiental.

2. OPÇÃO METODOLÓGICA POR UM ENSAIO TEÓRICO-CONCEITUAL

A opção por escrever o artigo em forma de ensaio foi feita porque este estilo literário permite realizar a ciência sem a prova explícita, ou seja, investigar um tema com rigor científico sem fronteiras rígidas e sem a pretensão de se chegar à verdade absoluta. Por permitir, também, o questionamento e o “atravessamento” sem distinção entre ciência, conhecimento, objetividade e racionalidade, por um lado, e arte, imaginação, subjetividade e irracionalidade, por outro. Se a razão dominante “pretende resguardar a arte como uma reserva de irracionalidade, identificando conhecimento com ciência organizada e excluindo como impuro tudo o que não se submete a essa antítese” (Adorno, 2012, p.15), o ensaio, ao colocar as fronteiras disciplinares em questão, é um gênero impuro e o que lhe reprova é, justamente, sua impureza e sua liberdade - duas principais dificuldades para a sua aceitação. Além de confundir as diferenças entre ciência, arte e filosofia, o ensaio permite-se uma liberdade temática e formal que incomoda o campo regulado do saber organizado entendido como o lugar dos controles, das bancas, dos tribunais, das hierarquias. Mas essa liberdade está ancorada no tempo e, por isso, o ensaio aceita e assume o seu caráter temporário e efêmero, sua própria finitude.

O ensaio duvida do método, questionando-o e convertendo-o em problema. Daí ser metodologicamente inventivo. A peculiaridade do ensaio não é a falta de método, mas o fato de mantê-lo como problema sem nunca tê-lo como suposto. Sua forma é orgânica, situando-se no complexo. Nesse sentido, contrapõe-se à

representação da verdade como um conjunto de feitos e obriga a pensar a coisa com a complexidade que lhe é própria, “tornando-se um corretivo daquele primitivismo obtuso que sempre acompanha a *ratio* corrente” (Adorno, 2003, p. 32). Para este pensador, o ensaio tem a forma de comentário de texto e daí necessitar de um texto pré-existente, não para ser examinado, mas para ter um solo por onde percorrer. Recusando a definir os conceitos, “incorpora o impulso antissistemático em seu próprio modo de proceder; introduzindo, sem cerimônias e ‘imediatamente’ os conceitos, tal como eles se apresentam” (Adorno, 2003, p. 28-29). Dessa forma, o ensaísta não define conceitos, mas vai precisando-os no texto à medida que os desdobra e os relaciona, tecendo palavras, clarificando-as nos desdobramentos e nas relações que estabelece com outras palavras, levando-as até o limite do que podem dizer, deixando-as à deriva.

O ensaio, nas palavras de Adorno, “não pretende continuidade, mas se compraz na descontinuidade, por que a vida mesmo é descontínua, porque a realidade mesmo é descontínua” (2003, p. 29). Nessa esteira interpretativa, Adorno considera que:

O ensaio exige, ainda mais do que o procedimento definidor, a interação recíproca de seus conceitos no processo da experiência intelectual. Nessa experiência, os conceitos não formam um contínuum de operações, o pensamento não avança em um sentido único; em vez disso, os vários momentos se entrelaçam como num tapete. Da densidade dessa tessitura depende a fecundidade dos pensamentos (2003, p. 29-30).

Cumprir esclarecer que esta perspectiva analítica permitiu que o posicionamento dos autores fosse inserido nas análises realizadas nas seções deste texto de forma diluída, não havendo uma seção específica que caracterize o referencial teórico ou discussão dos resultados. Entretanto, resta salientar que tal opção metodológica pautou-se no rigor exigido pelas pesquisas científicas com essas características. Nesse sentido, no decorrer do processo analítico, foram separadas as ponderações dos autores dos pensamentos dos autores que



fundamentaram teoricamente este estudo, com vistas a garantir a qualidade analítica e a interpretação coerente. A intenção do presente artigo consistiu em lançar luz à questão da gestão socioambiental brasileira sob uma ótica crítica, via uma reflexão que aponta para a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema. Esclarece-se que, intencionalmente, não é tratada a temática na perspectiva do modelo de tomada de decisão *triple bottom line* (Elkington, 2004; Ekwueme et al, 2013) por considerarmos que essa questão deve ser analisada em trabalho posterior onde se poderá discutir sobre a gestão socioambiental exclusivamente na perspectiva empresarial.

3. PANORAMA DA QUESTÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA BRASILEIRA: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES POLÍTICO-GOVERNAMENTAIS

Embora as preocupações com as questões ecológicas pareçam recentes, no contexto mundial e, especialmente, no cenário brasileiro, observamos que, em termos legais, desde o século XVIII o Brasil apresenta normas e ordenamentos jurídicos que discutem a temática ambiental no seu aspecto material (Pádua, 1992). Para exemplificar, podemos citar o Regimento do pau-brasil de 1796, o estabelecimento de instruções para o reflorestamento no país, de 1813, e, também, a atribuição da competência dada a União para legislar sobre minas e terras incluída na Constituição de 1891 (Martini, 2004).

Santos (2004) e Boeira (2003) destacam que o início da gestão ambiental moderna brasileira se deu na década de 1930 e se ampliou na década de 1970 como resultado das discussões travadas nas conferências internacionais sobre o tema. Theodoro & Barros (2011) quando salientam que o Brasil se inseriu nas discussões sobre a questão da gestão ambiental, de maneira mais ampla e inovadora, somente no início da década de 1980 com o estabelecimento da Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA (Lei 6.938/81).

Considerada um avanço, a PNMA contribuiu para o estabelecimento de conceitos e para a instrumentalização de um aparato legal que pretendia dar conta dos projetos de desenvolvimento de grande

porte no Brasil. Entretanto, seu surgimento parece ter resultado mais da pressão dos organismos internacionais (p.ex. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Banco Mundial – BIRD) do que da tomada de consciência ecológica dos gestores públicos à época (Lima, 2011; Martini, 2004). Todavia, essa constatação não retira o caráter inovador da PNMA, que teve como um dos seus principais méritos a instituição do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.

Balizados nos referenciais teóricos adotados neste estudo, percebemos que, no que se refere às questões inerentes ao meio ambiente no país, somente a Constituição Federal (CF) de 1988 é capaz de rivalizar com a Lei 6.938/81, em termos de relevância e vanguarda. Ao procedermos à leitura desses documentos observamos que, em ambos, o meio ambiente é tratado como um bem público e, como tal, deve ser usufruído coletivamente pelas gerações atuais e futuras. Tal afirmação aproxima-se da noção de Desenvolvimento Sustentável elaborada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Relatório Brundtland (WCED, 1987). Entretanto, observamos que teóricos críticos como Acsegrad e Leroy (1999); Sachs (2007); Dupas (2008); Veiga (2010) e Carneiro (2005) apresentam severas críticas ao Relatório pois, segundo suas análises, o documento é baseado em princípios liberais que concebem a questão da conservação da natureza com um enfoque antropocêntrico, entendida como simples base material para a manutenção do crescimento econômico como medida de desenvolvimento social. Segundo esses autores, o Relatório Brundtland orienta a sociedade para a manutenção da lógica de crescimento do capital, reproduzindo a hegemonia e o controle inerentes ao sistema capitalista.

Camargo et al. (2004) apud Lima (2011) afirmam que, embora o Brasil tenha avançado na construção de seu arcabouço legal e gerencial no que diz respeito às questões socioambientais, em sentido geral, ainda há muito o que fazer. Estudos realizados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo Instituto Socioambiental (ISA), no período de 1992 a 2002, revelaram que, nos dez anos analisados, o governo brasileiro não ensejou esforços suficientes para elaborar políticas públicas que revertissem os altos índices de pobreza ou de fragilidade do poder público no



combate à degradação ambiental (Lima, 2011). Cumpre observar que tais análises foram realizadas num período em que o Estado brasileiro havia passado por modificações na administração pública, cujo início pode ser demarcado no final da década de 1980, com as reformas nas finanças públicas realizadas pelo governo de José Sarney (1985-1990), com a criação da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP- 1986) e com a nova Constituição de 1988.

Segundo Abrucio (2007), as reformas ocorridas nesse período promoveram ganhos para a gestão pública como, por exemplo, a criação do Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente por meio do Decreto nº 91.145/1985 e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 1989. Entretanto, diversos problemas persistiram na gestão pública por conta da incipiente experiência dos governantes brasileiros frente à complexidade de um país de grandes dimensões continentais e de problemas diversos (Abrucio, 2007).

No início da década de 1990, o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi marcado por conturbações na gestão pública, que culminou no *impeachment* presidencial (Carvalho, 2006). No que diz respeito à agenda socioambiental, em especial, à criação de políticas públicas, este governo pouco avançou e este retrocesso pode ser constatado com a transformação do Ministério do Meio Ambiente em *Secretaria do Meio Ambiente*, diretamente vinculada à Presidência da República. De acordo com Abrucio (2007), no período governamental de Fernando Collor de Mello, a gestão ambiental sofreu prejuízos, desgastes e redução das atividades estatais consideradas essenciais.

Em 1992, o governo Itamar Franco (1992-1994) reverteu essa situação e caracterizou-se pela produção de diagnósticos acerca da gestão pública. Nesse período, o Ministério do Meio Ambiente passou a operar com uma estrutura parecida da atual (Lima, 2011) mas, ainda, sem as prerrogativas de sua área de competência, que só lhes foram conferidas pela Lei nº 10.683, em maio de 2003, já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

O governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002)

destacou-se pelo estabelecimento de políticas macroeconômicas de caráter neoliberal com ênfase na estabilidade monetária e na tentativa de inserção do país em um ambiente competitivo internacionalmente, por meio da reconstrução do governo com base na concepção economicista da agenda pública (Boeira, 2003). Nesse período, o Brasil passou por diversas reformas em seu modelo de gestão considerado falho pelos analistas, a exemplo de Abrucio (2007) e do próprio FHC que o considerou inoperante no tocante à agenda ambiental (Cardoso, 2012). No primeiro mandato deste governo, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi assumido por Gustavo Krause, profissional inexperiente na área ambiental e, no segundo, por Sarney Filho que, durante sua permanência no Ministério, caracterizou sua gestão pela não inclusão da questão da sustentabilidade e da transversalidade na agenda ministerial, assim como pelo não estabelecimento de relação com os demais atores sociais (Boeira, 2003). No período FHC, o meio ambiente (já à época reconhecido constitucionalmente como um bem público e estratégico para o desenvolvimento nacional) e as funções de defesa agropecuária ocuparam um lugar secundário no governo brasileiro sendo, inclusive, deixados de fora do desenho estatal e da agenda de políticas públicas, o que aponta falhas na gestão ambiental deste período, pois duas áreas de tal importância para um país como o Brasil não poderiam ser relegadas a segundo plano. Segundo Boeira (2003), a questão ambiental no período FHC foi marcada pela incapacidade gerencial e pela fragmentação que mantinham as questões ambientais afastadas das decisões econômicas.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) deu continuidade, especialmente no seu primeiro governo, às políticas macroeconômicas estabelecidas pelo governo de FHC. Tal fato suscita controvérsia entre os teóricos críticos (Abrucio, 2007; Moraes & Saad-Filho, 2011; Loureiro et al., 2011; Erber, 2011). No âmbito da gestão ambiental, é possível afirmar que marcos importantes foram fixados em termos de políticas públicas e quatro questões essenciais fundamentaram a política ambiental deste governo: a) a promoção do desenvolvimento sustentável, que passou a incorporar, além dos aspectos físico-materiais, a perspectiva social e econômica; b) a participação social, que



passou a ser mais requisitada nos processos decisórios – especialmente no interior da estrutura do CONAMA; c) o fortalecimento do SISNAMA, por meio da gestão ambiental compartilhada pelos governos federal, estaduais e municipais; d) a inserção do princípio da transversalidade na pauta governamental, que introduziu a questão socioambiental na agenda de todos os Ministérios.

Acredita-se que parte das conquistas realizadas na esfera socioambiental do então governo Lula (principalmente em seu primeiro mandato) ocorreu em virtude da atuação da ministra Marina Silva (2003-2008) que, antes de atuar como ministra, participou efetivamente no cenário da construção de políticas ambientais no país. Na gestão desta ministra, a agenda ambiental sustentou-se em dois pilares: *conservação ambiental e transversalidade*. Nesse caso, a transversalidade consistia em uma ação sistêmica de proteção e de gerenciamento ambiental perpassando por todos os ministérios e setores do governo. Segundo autores como Kageyama e Santos (2012); Arraes et al. (2010) e Ferreira et al. (2005), a ação mais significativa no quesito meio ambiente desse período foi a instituição do Plano para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM). No ano seguinte à implementação do Plano, a taxa de desmatamento recuou 31% em um ano, passando de 2,72 milhões de hectares para 1,87 milhões de hectares.

Segundo dados do MMA (2013), no período de 2003 a 2010, a queda no desmatamento foi de aproximadamente 77%. De acordo com as observações de Kageyama & Santos (2012), a ação de desmatamento da Amazônia influenciou diretamente a questão da redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE) porque, no Brasil, o desmatamento é responsável por aproximadamente $\frac{3}{4}$ das emissões de CO₂, o que revela a importância das políticas públicas ambientais em relação à agenda global de redução de emissão de GEE.

No período de 2003 a 2008, o MMA atuou no sentido de aumentar a participação de fontes renováveis na matriz energética nacional (Tolmasquim et al., 2007; BERMANN, 2008; KAGEYAMA & SANTOS, 2012). Como exemplo, podemos citar a adição de 23% de etanol à gasolina, em 2003, que evitou a emissão de 27,5 milhões de toneladas de CO₂ no país, sem

falar na questão dos veículos dotados de tecnologia *flex-fuel*, da produção de biodiesel, do desenvolvimento de tecnologia para produção de energia eólica e hidroelétrica (Suarez & Meneghetti, 2007; Tolmasquim, 2012; Kageyama & Santos, 2012).

Autores como Zhouiri & Oliveira (2005), Sachs (2007b), Bermann (2008) e Doti & Guerra (2008) têm apresentado críticas contundentes ao caráter messiânico das alternativas político-tecnológicas apresentadas pelos programas e projetos do governo Lula, que se estenderam ao atual governo. Como exemplo, citamos a situação dramática vivenciada pelas comunidades que sofrem ameaça de deslocamento compulsório de suas regiões de origem em prol da geração de energia hidrelétrica para o desenvolvimento nacional revelando que, mesmo em um governo que apresenta avanços nas ações ambientais e nas promessas de interiorização do desenvolvimento, como no do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, muitas assimetrias de poder foram reforçadas na apropriação dos espaços ambientais gerando conflitos ecológicos distributivos e injustiça ambiental.

A problemática em torno da questão ambiental durante o governo Lula ensejou a saída da ministra Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente, no ano de 2008. Segundo a ex-ministra, sua saída teve relação com a grande pressão interna sofrida no governo em consequência dos embates políticos acerca de temas como o controle do desmatamento da Amazônia e da questão da liberação comercial dos transgênicos. Segundo a ex-ministra, as ações de combate à destruição da floresta que o MMA, através do Ibama, procurava implementar em parceria com a Polícia Federal – PF, sofreram oposição de setores ruralistas ligados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

No caso dos transgênicos, a oposição à Marina concentrava-se nos setores ligados à indústria da biotecnologia que integram o Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT. As reflexões sobre os conflitos que conduziram à renúncia de Marina Silva nos faz lançar uma questão que parece essencial: para quem estão orientadas as políticas de governo? Segundo Doti & Guerra (2008), as definições dos projetos políticos são amplas e complexas e, em seu bojo, revelam o



modus operandi socioeconômico e, acima de tudo, ideológico dos setores e segmentos sociais que estão no poder.

A despeito das críticas proferidas, o governo Lula realizou avanços na área ambiental, especialmente no período da ministra Marina Silva, que permitiram ao Brasil apresentar metas claras quanto à redução de emissão de carbono e, embora discutíveis quanto aos métodos e à intencionalidade, este fato colocou o país em destaque no cenário socioambiental global (Doti & Guerra, 2008; Kageyama & Santos, 2012).

Segundo Bresser-Pereira (2013), o legado deixado pelo ex-presidente Lula, em termos de políticas macroeconômicas, fez com que o atual governo de Dilma Rousseff percebesse que o país estava crescendo a uma taxa inferior a considerada necessária para a promoção da proposta de crescimento com distribuição de renda, algo bastante debatido entre os autores críticos (Dias & Dias, 2007; Doti & Guerra, 2008; Kallis et al., 2012). Por esse motivo, a presidente Dilma Rousseff afirmou que, para o alcance do desenvolvimento, são necessárias medidas que promovam a redução dos juros e da carga tributária e mudanças na política cambial (Bresser-Pereira, 2013).

Na atualidade, o governo enfrenta dificuldades para alterar o modelo macroeconômico estabelecido no país. Segundo Bresser-Pereira (2013, p. 13) a presidente “Dilma investe-se do papel de primeira executiva em geral do capitalismo brasileiro, concebido como um projeto nacional a ser implementado pelo Poder Executivo e sua sofisticada tecnocracia”. Nessa ótica, a presidente parece compreender crescimento econômico e desenvolvimento como sinônimos, utilizando o PIB como medida (aparentemente única) desse crescimento, o que é considerado um equívoco do ponto de vista socioambiental.

O governo Dilma Rousseff tem sido questionado no âmbito das políticas ambientais por ONGs e Institutos de pesquisa que possuem longo histórico de trabalho na promoção de melhorias socioambientais, dentre eles a Fundação SOS Mata Atlântica, a rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA), o Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), o Instituto do Homem e

Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON, 2012).

Para ilustrar os questionamentos, podemos citar o processo de flexibilização da legislação no que diz respeito ao Código Florestal. Outras questões controversas dentro da mesma temática envolvem a interrupção dos processos de criação de unidades de conservação e a redução de áreas de preservação na Amazônia através da Medida Provisória – MP 558/2012. Em 26 de junho de 2012 foi publicado um decreto no Diário Oficial da União (DOU) que alterou o tamanho dos Parques Nacionais da Amazônia (PA e AM), dos Campos Amazônicos (AM, RO e MT) e Matinguari (RO), das Florestas Nacionais de Itaituba I (PA), Itaituba II (PA), do Crepori (PA) e do Tapajós (PA) e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós (PA). Para a presidente Dilma Rousseff essa *liberação de espaço* possibilitará ao governo a construção de 21 barragens na Amazônia nos próximos anos ao custo de R\$ 96 bilhões. Segundo ela, entre outras coisas, as barragens são necessárias para suprir a demanda de energia dos consumidores, que aumentam cada vez mais no Brasil. Em janeiro de 2012, a presidente anunciou a medida provisória que reduziu parte da área protegida da Amazônia e de seis outras reservas para abrir caminho às represas e promover a legalização de assentamentos.

Segundo Doti & Guerra (2008), em termos de propostas de controle social do capital, as políticas socioambientais, embora ampliadas nas últimas décadas, possuem baixa aplicação e efetividade se considerarmos as dimensões continentais e as necessidades diversas da população brasileira.

4. A PERSPECTIVA GERENCIAL DAS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Em continuidade às análises, cumpre reforçar que o Brasil opera com uma economia de mercado com arranjos institucionais complexos onde, basicamente, todas as questões de gestão governamental – ambiental, social, educacional, segurança, saúde etc. – subordinam-se às políticas macroeconômicas que regem o mercado (Morais & Saad-Filho, 2011). Observamos que lidar com a crise no capitalismo mundial, somada às complexas problemáticas socioambientais do país de



maior biodiversidade do mundo, constitui-se um grande desafio de gestão em todas as esferas da atuação social (pública e privada).

Nesta seção, consideramos essencial clarificar o sentido do termo *gestão* (que na literatura clássica da área é tratado como sinônimo de administração/gerenciamento). De acordo com as teorias da administração, tal termo abarca a administração com todas as suas funções (Fayol, 1954; Taylor, 1963; Stoner & Freeman, 1999; Drucker, 2002). A observação do seu significado leva-nos a constatação de que a *gestão / administração / gerenciamento* emergiu da necessidade de organização do trabalho no interior do mercado produtivo industrial.

As necessidades de organização e maximização da produtividade e do lucro – características da produção capitalista – levaram profissionais de outras áreas, especialmente engenheiros, a buscar soluções para as questões advindas da necessidade de aumento da eficiência produtiva industrial. Essa aplicação de métodos oriundos de diversas áreas do saber (p.ex. psicologia, engenharia, filosofia, sociologia, matemática etc.), para administrar estes empreendimentos, ensejou o início das pesquisas e de estudos administrativos passando, posteriormente, a incluir a administração no elenco das ciências sociais aplicadas (Fayol, 1954; Taylor, 1963; Stoner & Freeman, 1999; Drucker, 2002). Desde então, a *gestão/administração* se inseriu no contexto de, basicamente, todos os tipos de organizações. Como nosso objetivo, nesse momento, é esclarecer o sentido do termo *gestão* no contexto deste estudo (que está intrinsecamente associado ao conceito de administração) não nos deteremos em tecer comentários sobre a evolução das teorias administrativas, mas focaremos no conceito contemporâneo de *gestão* enquanto prática que abarca as funções da administração.

Este conceito, além de trazer o ato de administrar/gerenciar com as funções de planejar, organizar, dirigir e controlar, também amplia sua esfera de ação extrapolando a visão empresarial-industrial-capitalista contida na visão dos críticos da administração enquanto ciência gerencial. Em nosso entendimento, além de incorporar elementos da administração, tal conceito assume um sentido mais amplo podendo ser aplicado, desde que intencionalmente, a qualquer tipo de modelo organizacional, inclusive àqueles que possuem pretensões

emancipatórias, no sentido de se contrapor ao sistema capitalista vigente. Como exemplo, podemos citar o modelo de gestão adotado por organizações da sociedade civil (OSC), também conhecidas no Brasil como organizações não-governamentais (ONG).

Tanto Fischer et al. (2006) como Cançado et al. (2011) defendem a existência de um tipo de *gestão* que é distinta do modelo de gestão orientado para a reprodução sociometabólica do capital, pois a primeira se ocupa do gerenciamento das problemáticas advindas da sociedade e a segunda preocupa-se com a autorreprodução e a autossustentação do sistema. Tais autores observam que, embora se assemelhe à gestão pública, o modelo de *gestão (ampliada)* ocorre, em muitos casos, para além do Estado e dos governos. De acordo com França Filho (2008) apud Cançado et al. (2011), processualmente, essa modalidade de gestão busca, no nível organizacional (institucional), subordinar as lógicas de gerenciamento empresariais tradicionais, comuns à gestão privada, a outras demandadas pela sociedade (conflitos socioambientais, vulnerabilidades sociais, culturais etc.).

Para este estudo, é importante esclarecer que a *gestão* adjetivada como socioambiental pode assumir, em nosso entendimento, o caráter emancipatório que busca subordinar a lógica do capital às necessidades de conservação dos patrimônios social e ambiental no sentido perpassado pelas reflexões oriundas da ecologia política, da economia ecológica e da justiça ambiental que trazem, em seus fundamentos, uma proposta de desenvolvimento que transcende o crescimento econômico.

Embora consideremos o sentido mais amplo de *gestão* socioambiental, cumpre esclarecer que o conceito traz, em seu bojo, um viés tecnocrático, que não deve ser ignorado. Todavia, essa especialização técnica (necessária ao conceito de gestão) não nos impede de proceder à tentativa de articular políticas socioambientais públicas e gerenciamento eficiente e eficaz, relacionando meios e fins para obtenção de resultados (Boeira, 2003).

Na esteira dessa análise, cumpre esclarecer que os termos gerenciamento e gestão são tratados na área da Administração com sinônimos e o gerenciamento ou a gestão devem, em sua essência ser eficientes e eficazes. Neste sentido, esclarecemos que a eficiência se



relaciona com os meios utilizados para que a produtividade seja atingida, busca equacionar os insumos e relacioná-los às as estratégias organizacionais que visam a agilizar os processos. Desta forma, a eficiência está ligada aos meios utilizados pela organização para atingir os seus objetivos. Já a eficácia relaciona-se diretamente com os resultados. Ou seja, por meio da eficiência produtiva, a organização busca aproveitar da melhor forma seus insumos no sentido de maximizar os resultados (Machado-da-Silva et al, 2002; Andrade & Falk, 2001).

Em uma perspectiva empresarial, dentre os autores que afirmam ser possível conciliar sustentabilidade socioambiental com altos índices de lucratividade e de produção industrial, destaca-se Michael Porter (2004) que postula que uma organização produtiva só será capaz de superar seus concorrentes se conseguir estabelecer um diferencial competitivamente sustentável. Nesse contexto, o termo sustentabilidade parece ganhar outro sentido.

Para Porter (2004; 2011), as organizações devem agregar valor aos produtos que comercializam a um custo mais baixo do que seus competidores. Ou seja, se há uma preocupação da sociedade civil com a questão socioambiental, e se existe uma legislação ambiental que deve ser atendida, a empresa que conseguir produzir, a partir dessas premissas, com menor custo e agregando maior valor ao bem produzido obterá um diferencial competitivo, produzindo mais a um custo menor valorizando sua marca em termos de *marketing verde* junto ao consumidor. Para tal autor, as empresas devem se manter no mercado com a rentabilidade almejada promovendo sua inserção numa nova realidade produtiva que é perpassada pela modernização, tanto tecnológica (valendo-se da ecoeficiência) quanto da administrativa/gerencial. Tais ações devem ser capazes de minimizar os custos e os possíveis passivos ambientais por meio da adoção de medidas que promoverão a conservação ambiental, mas sempre em uma perspectiva de compreensão do meio ambiente e da sociedade como bases para a produção e o consumo, características do sistema capitalista. A vantagem ou a desvantagem, o maior ou o menor lucro e, até mesmo, quaisquer prejuízos, são consequências do processo de tomada de decisão gerencial. Nesse caso, a eficácia

organizacional depende, essencialmente, do processo decisório que perpassa as atividades das organizações (Porter, 2004; Porter & Kramer, 2011).

Em nossa análise, acreditamos que o processo decisório é fundamental para qualquer empreendimento, essencialmente para os abarcam questões complexas, como as ambientais. Nessa perspectiva, Porter (2004) defende a importância da *tomada de decisão* nas relações industriais que envolvem a questão ambiental. Contudo, para este autor e Van Der Linde (1998), o meio ambiente (e as questões a ele associadas) deve ser considerado como uma das fontes geradoras de lucro para as organizações e, por isso, deve ser incorporado pela empresa e controlado em termos de custo e benefício.

Para Sachs (2007), todavia, o planejamento e a gestão, que associam meio ambiente e questões sociais como variável relevante do *processo decisório*, proporcionam a diferença qualitativa necessária para o afastamento do padrão dominante de pensamento exclusivamente econômico orientado para aspectos meramente quantitativos e para o uso de índices que medem apenas o crescimento econômico sem levar em consideração outras variáveis, como é o caso da análise da variação do PIB como fator do desenvolvimento brasileiro.

Na perspectiva de Porter & Van Der Linde (1998) a questão ambiental deve ser percebida essencialmente como uma oportunidade estratégica. Segundo tais autores, o grande problema da gestão socioambiental nas organizações reside no fato de que os gestores precisam mudar sua visão no que diz respeito à variável ambiental no âmbito da produção. Eles consideram que a sobra em forma de resíduos ou de qualquer tipo de poluição significa que a organização não está utilizando, de maneira eficiente e eficaz, seus insumos e que as decisões gerenciais não estão sendo tomadas da forma adequada. Para esses autores, problemas relativos ao meio ambiente são ocasionados pela ineficiência gerencial e/ou técnica no interior dos processos produtivos.

Nesse momento, cabe uma breve reflexão sobre o metabolismo industrial que toma como modelo os processos biológicos – metabólicos (Ayres & Simonis, 1994). Para entender esse conceito, é preciso que recorramos aos organismos vivos consumidores de materiais de baixa



entropia (ricos em energia) para desempenhar suas funções vitais. Os resíduos resultantes desse processo metabólico são considerados materiais de alta entropia (baixa energia). O sistema biológico é um sistema aberto, logo existem diversos fatores que podem influenciá-lo e regulá-lo, além do que a matéria excretada pode ser (re)aproveitada por outros organismos para que estes completem os seus ciclos metabólicos. Por analogia, Ayres e Simonis (1994) afirmam que o metabolismo industrial é composto também por processos físicos e químicos que atuam na conversão de material de alta energia (baixa entropia) em produtos e resíduos (nesse último caso, alta entropia). Para esses autores, assim como se pode estudar e compreender os processos biológicos em diversos níveis para encontrar soluções para os problemas metabólicos dos organismos vivos há a possibilidade de se estudar o metabolismo industrial para conseguir reduzir a quantidade de material de alta entropia (poluição) excretado pelos ciclos produtivos.

Ayres e Simonis (1994) descrevem a interação entre o metabolismo natural e o industrial nos ciclos de produção. A grande questão apontada pelos autores é que nos sistemas industriais os materiais são levados a um estado de entropia, por vezes, tão elevado que se torna praticamente impossível o seu reaproveitamento no próprio sistema. O problema ocorre porque ao modificarmos os sistemas naturais para a produção de itens para consumo humano, principalmente nos modelos de consumo associados ao estilo de vida capitalista, enorme quantidade de material é metabolizada gerando uma pequena quantidade de produtos (se pensarmos a quantidade de energia utilizada no processo produtivo em relação à vida útil em termos de obsolescência planejada dos bens produzidos) e uma grande quantidade de resíduos (materiais de alta entropia).

O que os estudiosos do metabolismo industrial sugerem é que por meio do conhecimento do sistema industrial, em seus pormenores, será possível gerenciar a produção de forma integrada na própria cadeia produtiva para que o processo (desde o projeto do produto – passando pela construção e localização das fábricas – até o descarte) possa ser eficiente e eficaz a ponto de ocasionar uma espécie de balanço entre o consumo de materiais (matéria prima proveniente da natureza) e a

produção de lixo e sucata, onde se deve observar o fluxo de materiais, a capacidade de carga e a criação de infraestrutura necessária para o tratamento dos resíduos gerados no processo industrial.

Embora seja adotada (mesmo tacitamente) por autores que trabalham a questão da gestão ambiental no âmbito organizacional, consideramos que a *ideologia do metabolismo industrial* não consegue estender a discussão para o campo socioambiental, pois ainda reduz a problemática do meio ambiente ao seu aspecto físico-material, parecendo esquecer-se das questões sociais inerentes à crise ambiental vigente (Martínez-Alier, 2007; Sachs, 2007a; 2007b 2009).

Acompanhando o pensamento dos autores críticos, compreendemos que o que Porter & Van Der Linde (1998) apresentaram no final da década de 1990 como estratégia se configura apenas como repetição do discurso das saídas tecnológicas de utilização racional do meio ambiente, trazendo a concepção da natureza objetivada, reduzida e separada das dinâmicas sociais e políticas. Nessa perspectiva, a questão ambiental poderia ser resolvida a partir dos estudos do metabolismo industrial, da modernização ecológica, da alteração do modelo de gestão e da incorporação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) nos sistemas produtivos.

Martínez-Alier (2007) e Schweickart (2010), por sua vez, afirmam que o capitalismo, ao levar em conta a necessidade de produção crescente para a sua manutenção, necessita de expansão contínua de base material. Segundo esse pensamento, a incompatibilidade entre o crescimento exponencial da produção e do consumo e a finitude dos recursos naturais, além da incapacidade do planeta de suportar a carga em alta escala de material degradado e de pouca ou nenhuma absorção pelo próprio sistema industrial, revela ainda mais as contradições inerentes ao sistema de reprodução sociometabólica do capital. Para tentar escapar dessa contradição e impedir sua derrocada, o capitalismo impõe tacitamente que corporações e governos enfrentem múltiplos desafios que demandam: 1) a incorporação do conceito de sustentabilidade socioambiental no âmbito dos negócios – que, nesse contexto, assume um sentido que busca conformidade com os interesses do capital, assumindo-se a polissemia do conceito e sua inserção como significante vazio; 2) a



compatibilização do desenvolvimento sustentável com a gestão do sistema capitalista de produção; 3) a compreensão de que a questão da sustentabilidade socioambiental afetará a vida dos *stakeholders* e 4) a inserção da variável ambiental no interior do sistema capitalista, tornando-a operacional na cadeia de valor.

Face aos desafios supracitados, Porter & Kramer (2011) apresentam uma teoria que busca incorporar os novos desafios ao modelo capitalista de produção através da Criação de Valor Compartilhado (CVC). Tal modelo tem como pretensão a superação das críticas realizadas ao tratamento exclusivo da poluição como única externalidade presente na cadeia produtiva dos Sistemas de Gestão Ambiental (incluindo as decisões tomadas a partir do modelo *triple bottom line*) e remete à criação de valor (lucro e vantagem competitiva), por meio da colocação das operações industriais orientadas para a sociedade em um nível estratégico. Esse modelo prega a criação de valor compartilhado para organizações e para a sociedade onde, teoricamente, os problemas sociais são transformados em oportunidades de negócios e maximização do lucro, em uma relação onde, segundo os autores da CVC, ambos (sociedade e capital) ampliam suas possibilidades de alcançar maior inserção e competitividade no mercado.

Para Porter & Kramer (2011), governos e sociedade civil, muitas vezes, agravam o problema, ao invés de solucioná-lo, ao tentar resolver as deficiências sociais em detrimento da expansão do processo produtivo, pois embora os governos sejam responsáveis pela formulação de políticas sociais e ambientais, as grandes organizações transnacionais possuem um papel relevante no encaminhamento de alternativas para as questões socioambientais. Os autores propõem que a saída se encontra dentro da própria lógica capitalista. Nessa perspectiva, eles apresentam a metodologia da Criação de Valor Compartilhado (CVC) que envolve a criação de valor econômico tanto para as corporações quanto para a sociedade. Nessa concepção, a noção de valor compartilhado distancia-se do conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), pois vai além da filantropia e da produção de relatórios e de balanços sociais.

Estudos revelam (Lee, 2008; Caroll, 1999) que, embora já na década de 1950 as

organizações tenham incrementado sua participação no mercado capitalista por meio do que posteriormente seria conhecido como Responsabilidade Social Empresarial (RSE), pretendendo ir além da produção de bens e de serviços para a satisfação dos consumidores e, principalmente, dos acionistas, tais atividades não foram operacionalizadas como parte integrante dos negócios das organizações, mas tratadas como filantropia, em um sentido assistencialista e de ajuda humanitária. Essa preocupação das empresas com a RSE foi crescendo à medida que governos e organizações do terceiro setor, articulados nas conferências internacionais relacionadas às questões socioambientais (GLOBAL COMPACT, 2011; WCED, 1987), aumentaram as pressões políticas sobre as empresas. A despeito disso, Porter & Kramer (2011) afirmam que o modelo capitalista não conseguiu tornar operacional a Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Tais autores acreditam que a Criação de Valor Compartilhado pode ser geradora de um novo modelo de pensamento organizacional onde o valor compartilhado assumirá a função de elemento transversal capaz de perpassar pela estratégia organizacional e de assumir a centralidade do processo produtivo, tornando a questão socioambiental operacional.

Na atualidade, a crise do capitalismo demonstrou que a acumulação de riqueza abstrata, sem o desenvolvimento de políticas sociais arrojadas, é uma eficiente forma de acumular desigualdade, pobreza e degradação ambiental. Assim sendo, observamos que, apesar da CVC poder se constituir como elemento operacional do processo produtivo, ela não se contrapõe à lógica capitalista, ao contrário, reforça-a ao trazer uma nova roupagem para o tratamento dos problemas socioambientais como oportunidade de negócios para as corporações que, ao adotarem tal estratégia, têm sua vantagem competitiva ampliada com uma posição ofensiva em relação às forças que as ameaçam nos mercados em que competem ao gerarem valor para os *stakeholders* na perspectiva de manter a hegemonia e o poder necessários à manutenção do seu *status quo*. Porter & Kramer (2011) são categóricos ao afirmarem que a CVC não está diretamente ligada às ações socioambientais em seu sentido amplo: “Valor Compartilhado não é Responsabilidade Social, filantropia ou



sequer sustentabilidade, mas uma nova maneira de alcançar lucratividade” (Porter & Kramer, 2011, p. 4 – tradução nossa).

Pode-se ampliar a discussão apresentando o estudo de Brennan (2011) publicado no periódico científico *Australasian Marketing Journal*, onde foram investigadas as trinta maiores empresas australianas que, em seus relatórios, divulgam ações que promovem a sustentabilidade socioambiental. Os resultados obtidos, com base na metodologia de análise de conteúdo utilizada para investigar o material divulgado pelas corporações, revelaram, entre outros dados, que as estratégias de crescimento econômico são consideradas elemento central para 100% das empresas analisadas e tais movimentos para o crescimento revelaram-se, a despeito dos relatórios ambientais divulgados, socioambientalmente insustentáveis, quando observados a partir do ponto de vista complexo e contra-hegemônico. Nesses casos, as propostas de gestão socioambiental provenientes do interior das empresas inseridas no sistema capitalista parecem funcionar como uma forma de gerenciamento que encobre as fragilidades e as contradições do sistema.

É relevante afirmar que Porto & Schutz (2012) consideram investimentos em tecnologias e em ferramentas gerenciais para gestão das questões socioambientais, pois a inovação tecnológica tem contribuído para minimizar os impactos ambientais e auxiliado na criação de uma economia capaz de fornecer uma base material necessária ao bem-estar humano. A questão que se apresenta é que esse ferramental deve ser utilizado para transformar a realidade (na sua perspectiva socioambiental) apontando para a construção de um novo tipo de desenvolvimento como alternativa ao atual modelo que se baseia no crescimento econômico e na expansão do capital industrial.

Nesse ponto de nossa reflexão, apontamos para o conceito de *ecodesenvolvimento* (Sachs, 2007), pois o considera-se como uma estratégia (dentre muitas outras propostas) capaz de fornecer novas bases para se escapar das armadilhas impostas pelo sistema capitalista. Para Sachs (2007), no *ecodesenvolvimento*, as decisões relativas à gestão das questões ambientais devem perpassar, de maneira ativa, pela sociedade que tem o Estado

como representante (cuja gestão é feita por meio dos governos) para atuar coibindo a manipulação capitalista proveniente do mercado. Observa-se que essa proposta de desenvolvimento fundamenta-se na criação gradual de um novo processo civilizatório que visa a possibilitar a redução dos custos socioambientais e otimizar a alocação e a gestão dos bens públicos proporcionando uma nova configuração social.

A aposta num desenvolvimento econômico e social contínuo, harmonizado com a gestão socioambiental, passa pela redefinição de todos os objetivos e de todas as modalidades de ação. De fato, as questões relacionadas à utilização dos recursos naturais, suprimento energético, meio ambiente, controle demográfico e desenvolvimento só poderão ser examinadas em suas relações mútuas e complexas, o que implica na adoção de um quadro conceitual de planejamento em que seja criada a articulação entre as ciências do homem e as ciências naturais, a fim de melhor apreender a interação dos processos naturais e sociais, nos quais o homem é simultaneamente sujeito e objeto (Sachs, 2007, p. 55-56)

Ainda que a adoção dos fundamentos da concepção de *ecodesenvolvimento* (Sachs, 2007) sejam considerados adequados, um grande desafio está posto pois, como lembram Porto & Schutz (2012), nem mesmo em democracias ricas e com desempenho ambiental socialmente responsável é possível, na atualidade, observar a aplicação integral desse tipo de modelo democrático de gestão socioambiental, pois a lógica comercial na qual está inserida a realidade capitalista global acaba por subordinar a riqueza de alguns à pobreza de outros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora governos e empresas venham incorporando a ideia de que o meio ambiente é uma variável que pode ser considerada para o desenvolvimento de estratégias e de políticas públicas e privadas, tanto em virtude do aumento das tensões pelo acesso aos recursos naturais quanto pelas transformações advindas das matrizes energéticas preponderantes na atualidade, o conhecimento sobre essas tensões e transformações precisam ser aprofundados.

As formas de gestão / administração estão inseridas no contexto de diferentes tipos de organizações sociais, o que



demanda uma reflexão sobre um tipo de gestão que extrapole a administração de recursos materiais e humanos em um sentido reducionista. Por essa razão, propõe-se a ampliação do campo de ação da *gestão* às questões socioambientais, dado que tal articulação possibilita, a nosso ver, a emergência de seu caráter emancipatório que privilegia o desenvolvimento humano ao desenvolvimento econômico. Nesse contexto, o *ecodesenvolvimento* traz a novidade de propor a inserção da reflexão sobre os valores e as necessidades de habitação, saúde, educação e estilos de vida da sociedade, sem buscar padrões globais de produção ou consumo, mas justiça e equidade social.

No contexto nacional, desde o século XVIII, o Brasil apresenta normas e ordenamentos jurídicos que discutem a temática ambiental no seu aspecto material. Ao se observar o caráter teórico do aparato normativo legal, que trata da questão ambiental brasileira, pode-se dizer que os mesmos tiveram a capacidade de apresentar uma forma inovadora de planejar, organizar, dirigir e controlar as questões de ordem socioambiental no país. Todavia, na prática, as políticas macroeconômicas estabelecidas desde o período desenvolvimentista, iniciado na década de 1950 e fortalecido nos anos 1960 e 1970, até o atual governo Dilma Rousseff, esses avanços do arcabouço legal e gerencial, no que diz respeito às questões socioambientais, tiveram avanços, mas presume-se que possam avançar ainda mais. Nesse sentido, dentre várias situações discutidas, pode-se destacar, por exemplo, a adoção da solução apresentada pela Criação de Valor Compartilhado (CVC) que parece conduzir somente à repetição das estratégias para a reprodução sociometabólica do capital.

Com o entendimento de que investimentos em tecnologias e em ferramentas de gestão ambiental feitos por empresas e governos são importantes, as reflexões possibilitam apontar que as saídas meramente gerenciais e/ou tecnológicas,

prescritas pelos adeptos de tais soluções, são insuficientes para resolver a problemática socioambiental por conta da complexidade inerente a tal temática.

Acredita-se que o ecodesenvolvimento seja uma alternativa viável para a presente crise socioambiental. No entanto, cabe destacar que a problemática é complexa e a solução demanda esforços das mais diversas áreas do conhecimento, contando com a interação constante entre fins e meios, que deve extrapolar o pensamento mercantil e partir para uma nova concepção de gestão. Considera-se que há premência de investimentos em pesquisas para a formação em gestão ambiental, pois os interesses sociais, corporativos e governamentais globais estão cada dia mais focados no meio ambiente como recurso estratégico, seja com objetivo de preservação, conservação ou como mera fonte de materiais para a manutenção da produção industrial capitalista.

A partir dessa perspectiva, entende-se a necessidade de se priorizar o bem comum nas disputas de interesses na dinâmica socioeconômica. Na atual conjuntura, consideramos fundamental o Estado assumir o papel de mediador e compromisso com a gestão socioambiental pública. Para tanto, cumpre salientar a importância da implementação de políticas públicas sobre esse viés e a aplicação de instrumentos de regulação das atividades econômicas, tais como, a efetiva fiscalização sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente impactantes, mesmo que esses apresentem, *a priori*, grandes vantagens econômicas.

As simplificações não podem apontar soluções para a crise. Acredita-se que muito deve ser feito para que se alcance esse modelo de desenvolvimento. Todavia, a crítica e a constatação do problema, por si só, não são suficientes para transformar a realidade, mas constituintes do processo que apontará caminhos para avançarmos rumo a um novo paradigma civilizacional.

Janeiro. Recuperado em abril, 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000700005&lng=pt&nrm=iso

REFERÊNCIAS

Abrucio, F. L. (2007). Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. *Revista Administração Pública*. (Vol. 41, n. spe.). Rio de



- Acsegrad, H., & Leroy, J. (1999). *Novas premissas da sustentabilidade democrática*. Rio de Janeiro: FASE.
- Adorno, Theodor W. (2012). *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas cidades: Editora 34.
- Alier, J. M. (2007). *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração*. São Paulo: Contexto.
- Andrade, Davi Gomes de, & Falk, James Anthony. (2001). Eficácia de sistemas de informação e percepção de mudança organizacional: um estudo de caso. *Revista de Administração Contemporânea*, 5(3), 53-84. Retrieved September 01, 2015, from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552001000300004&lng=en&tling=pt
- Andrade, J. C. S. (1997). *Desenvolvimento sustentado e competitividade: Tipos de estratégias ambientais empresariais*. *Revista Baiana de Tecnologia*. (Vol. 12, n.2, pp. 71-86). Camaçari: TECBAHIA.
- Arraes, C. L. et al. (2010, dezembro). Estimativa da taxa de desmatamento do município de Bannach, Pará - Amazônia Legal, utilizando imagens Landsat5/TM. *Revista de Ciências Agrárias*. (Vol. 33, n. 2.). Lisboa. Recuperado em fevereiro, 2013, de http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-018X2010000200021&lng=pt&nrm=iso
- Ayres, R.U. & Simonis, U.E. *Industrial metabolismo: theory and policy*. In: Ayres, R.U & Simonis, U.E (orgs.). (1994). *Industrial metabolismo: restructuring for sustainable development*. Tokyo: United Nations University Press.
- Berlink, D. (2009, julho 10). *O nó do clima: grandes poluidores não chegam a metas concretas contra o aquecimento global*. *Ciência* (p. 31). Rio de Janeiro: O Globo.
- Bermann, C. (2008, setembro) *Crise ambiental e as energias renováveis*. *Ciência e Cultura*. (Vol. 60, n. 3.). São Paulo. Recuperado em abril, 2013, de http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000300010&lng=en&nrm=iso
- Boeira, S.L. (2003, setembro/desembro). *Política & gestão ambiental no Brasil: da Rio-92 ao estatuto da cidade*. *Revista Alcance* (Vol.10 - n.3 pp. 525 – 558.). – UNIVALI.
- Brennan, L. et al. *Implementation of environmental sustainability in business: suggestions for improvement*. In: *Australasian Marketing Journal*. (2011, February). (Vol. 19, n.1, pp. 52-51). Recuperado em junho, 2013, de <http://www.elsevier.com/journals/australasian-marketing-journal/1441-3582/order-journal>. Acesso em maio 2013
- Bresser-Pereira, L.C. (2013, março). *O governo Dilma frente ao "tripé macroeconômico" e à direita liberal e dependente*. *Novos estudos*. (n. 95). São Paulo: CEBRAP. Recuperado em maio, 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000100001&lng=en&nrm=iso
- Brett, C. & Foster, J.B. *A dialética do metabolismo social e ecológico: Marx, Meszaros e os limites absolutos do capital*. In: Jinkings, I. & Nobile, R. (orgs.). (2011). *Istevam Mészáros e os desafios do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo.
- Cançado, A.C. et al. (2011, setembro). *Gestão social: reflexões teóricas e conceituais*. *Cadernos EBAPE.BR*. (Vol. 9, n. 3). Rio de Janeiro. Recuperado em abril, 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512011000300002&lng=en&nrm=iso



- Cardoso, F.H. (2012, março 23). FHC reconhece que fez pouco pelo meio ambiente em seu mandato. Último Segundo. Entrevista realizada no Fórum Mundial de Sustentabilidade entrevista de Maria Fernanda Ziegler. Recuperado em janeiro, 2013, de <http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/fhc-reconhece-que-fez-pouco-pelo-meio-ambiente-em-seu-mandato/n1597706800390.html>
- Carneiro, E. J. Política Ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: Zhouri, A., Klemens, L. & Pereira, D. B. (org.). (2005). A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica.
- Carroll, A.B. (1999). Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct. *Business & Society*. (Vol.38, n.3, pp.268-295).
- Dias, G. F. (2004). Educação Ambiental: Princípios e práticas. (9 ed.). São Paulo: Gaia.
- Dias, J. & Dias, M.H.A. (2007, dezembro). Crescimento econômico e as políticas de distribuição de renda e investimento em educação nos estados brasileiros: teoria e análise econométrica. *Estudos Econômicos*. (Vol. 37, n. 4). São Paulo. Recuperado em julho, 2012, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612007000400001&lng=en&nrm=iso
- Doti, M.M. & Guerra, S.M.G.(2008, setembro). Biocombustíveis, uma polêmica do desenvolvimento socioeconômico. *Ciência e Cultura*. (Vol. 60, n. 3). São Paulo. Recuperado em maio, 2013, de http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000300013&lng=en&nrm=iso
- Drucker, F. P. (2002). Introdução à administração. (3ª. ed.). São Paulo: Pioneira Thompson Learning.
- Dupas, G. O impasse ambiental e a lógica do capital. In: Dupas, G. (org.). (2008). Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais. São Paulo: Editora UNESP.
- Ekwueme, C.M. et al. (2013). Benefits of Triple Bottom Line Disclosures on Corporate Performance: An Exploratory Study of Corporate Stakeholders. *Journal of Management and Sustainability*. (Vol. 3, No. 2.) Retrieved from <http://www.ccsenet.org/journal/index.php/jms/article/viewFile/25645/16204>
- Erber, F. S. (2011, março). As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. *Revista Economia Política*. (Vol. 31, n. 1). São Paulo. Recuperado em setembro, 2012, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000100002&lng=en&nrm=iso
- Fayol, H. (1954). Administração industrial e geral. São Paulo: Atlas.
- Fernandes, M.P.R. & Lourenco, E.A.S. Exploração do trabalho no corte de cana: breves apontamentos do senhor de engenho à agroindústria canavieira do século XXI. In: *Seminário De Saude Do Trabalhador De Franca, 7., 2010, Franca. Proceedings online*. Unesp. Recuperado em abril, 2011, de <http://proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci>
- Ferreira, et al. (2005, abril). O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. *Estudos avançados*. (Vol. 19, n. 53). São Paulo. Recuperado em maio, 2012, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100010&lng=en&nrm=iso
- Fischer, T. et al. (2006, outubro). Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento. *Revista de Administração Pública*. (Vol. 40, N.



- 5). Rio de Janeiro. Recuperado em outubro, 2012, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000500003&lng=en&nrm=iso
- Foster, J.B. Marx e o meio ambiente. In: Wood, E. M. & Foster, J.B. (orgs.). (1999). Em defesa da história marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Gomes, M.C.A. & Barbara, L. (2011). Mulheres, política e mídia: algumas incursões em torno da representação sociocultural de Dilma Rousseff. (Vol. 27, n. 2). São Paulo: DELTA. Recuperado em maio, 2012, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502011000200006&lng=en&nrm=iso
- Graham, P. (2003). Mary Parker Follet prophet of management – A celebration of writings from the 1920s. Washington DC: Beard Books-Harvard Business School Press.
- Hoepner, A. et al. Environmental and ecological economics in the 21st century: An age adjusted citation analysis of the influential articles, journals, authors and institutions. In: Ecological Economics. (Vol. 77, pp 193-206) mar. 2012. Recuperado em junho, 2012, de <http://www.sciencedirect.com/science/journal/09218009/77>
- Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Os retrocessos ambientais do governo Dilma. (2012). Recuperado em maio, 2012, de <http://www.imazon.org.br/publicacoes/outros/sobre-os-retrocessos-ambientais-do-governo-dilma>
- Kageyama, P. Y. & Santos, J. D. (out. 2011/mar. 2012). Aspectos da política ambiental nos governos Lula. (Vol. 1, n. 2, p. 179-192). Bauru: Revista FAAC.
- Kallis, et al. The economics of degrwth. In: Ecological Economics. Vol. 84, pp 172-180, dez. 2012. Recuperado em abril, 2013, de <http://www.sciencedirect.com/science/journal/09218009/84>
- Klitgaard, K. A. & Krall, L. Ecological economics, degrowth, and institutional change. In: Ecological Economics. Vol. 84, pp 247-253, dez. 2012. Recuperado em junho, 2012, de <http://www.sciencedirect.com/science/journal/09218009/84>
- Layrargues, P.P. (2000, junho). Sistemas de gerenciamento ambiental, tecnologia limpa e consumidor verde: a delicada relação empresa-meio ambiente no ecocapitalismo. Revista administração de empresas. (Vol. 40, n. 2). São Paulo. Recuperado em 5 maio, 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902000000200009&lng=en&nrm=iso
- Lima, G.F.C. (2011, janeiro/junho). A institucionalização das políticas e da gestão ambiental no Brasil: avanços obstáculos e contradições. Desenvolvimento e meio ambiente. (n. 23, pp. 121-132). Paraná: Editora UFPR.
- Loureiro, C. F. Emancipação e complexidade: para o repensar das tendências em educação ambiental. In: Cadernos de educação. ano 14, n. 25, n.1. jul./dez. 2005. Recuperado em janeiro, 2012, de http://www.ufpel.edu.br/fae/caduc/resumos_ed25_08.html
- Loureiro, C.F.B. & Cunha, C.C. (2008). Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. Ambiente sociedade. (Vol. 11, n. 2). Campinas. Recuperado em maio, 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2008000200003&lng=en&nrm=iso
- Loureiro, C.F.B. & Layrargues, P. P. (2013, janeiro/abril). Ecologia política,



- justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra hegemônica. Trabalho, educação e saúde. (Vol. 11, n. 1, pp. 53-71).
- Loureiro, C.F.B. (2004). Trajetória e fundamentos da Educação Ambiental. São Paulo: Cortez.
- Ma, C.; Stern, D.I. Environmental and ecological economics: A citation analysis. In: *Ecological Economics*. Vol. 58, n. 3, pp 491-506, jun. 2006. Recuperado em junho, 2012, de <http://www.sciencedirect.com/science/journal/09218009/58/3>
- Machado-da-Silva, Clóvis L., & Barbosa, Solange de Lima. (2002). Estratégia, fatores de competitividade e contexto de referência das organizações: uma análise arquetípica. *Revista de Administração Contemporânea*, 6(3), 7-32. Recuperado em março, 2015, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552002000300002&lng=en&tlng=pt
- Martini, A. J. (2004). O plantador de eucaliptos: a questão da preservação florestal no Brasil e o resgate documental do legado de Edmundo Navarro de Andrade. São Paulo: USP (Dissertação de mestrado).
- Mészáros, I. (2011a). A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo.
- Mészáros, I. (2011b). Para além do capital. São Paulo: Boitempo.
- Monin, N.; Bathurst, R. Mary Follett on the Leadership of 'Everyman' In: *Ephemera - theory & politics in organization*. Vol. 8, n. 4, pp. 447-46, 2008. Recuperado em abril, 2013, de <http://www.ephemerajournal.org/sites/default/files/8-4monin-bathurst.pdf>
- Morais, L. & Saad-Filho, A. (2011, outubro/dezembro). Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. *Revista de Economia Política*. (Vol.31, n.4, pp.507-527).
- Muradian, R. et al. (2012, August). Hegemonic transitions and global shifts in social metabolism: implications for resource-rich countries. Introduction to the special section. *Global environmental change*. (Vol. 22, n. 3, pp. 559-567). Recuperado em janeiro, 2013, de <http://www.sciencedirect.com/science/journal/09593780/22>
- Newell, P. (2011, January). The elephant in the room: capitalism and global environmental change. *Global environmental change*. (Vol. 21, n. 1, pp. 04-06). Recuperado em março, 2013, de <http://www.sciencedirect.com/science/journal/09593780/21/1>
- Pádua, J.A. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: PÁDUA, J.A. (org.). *Ecologia e política no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Espaço e tempo: IUPERJ, 1992.
- Porter, M. (2011, setembro/outubro). O Capitalismo do valor compartilhado. *HSM Management*. (n. 88, ano 15, vol. 5, pp. 42-48). Barueri.
- Porter, M. E. & Kramer, M. R. (2011, January/February) Creating shared value – How to reinvent capitalism and unleash a wave of innovation and growth. Harvard Business School.
- Porter, M. E. (2004). *Estratégia competitiva: técnicas para análise da indústria e da concorrência*. (2. Ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Porter, M.; Van Der Linde, C. *Green and Competitive: Ending the Stalemate*. In: Porter, Michael E. On Competition. The Harvard Business Review book series. Boston: Harvard Business School Publishing, 1998.
- Porto, M.F.S. & Schutz, G.E. (2012, junho). Gestão ambiental e democracia: análise crítica, cenários e desafios. *Ciênc. saúde coletiva*. (Vol. 17, n.



- 6). Rio de Janeiro. Recuperado em maio, 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000600009&lng=en&nrm=iso
- Sachs, I. (2007a). Rumo à ecossocioeconomia – Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez.
- Sachs, I. (2007b, abril). A revolução energética do século XXI. Estudos avançados. (Vol. 21, n. 59). São Paulo. Recuperado em maio, 2011, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000100004&lng=en&nrm=iso
- Sachs, I. Revisiting development in twenty-first century. In: International Journal of political economy. vol. 38, n. 3, pp. 5-21. Set. 2009. Recuperado em fevereiro, 2013, de <http://ideas.repec.org/a/mes/ijpoc/v38y2009i3p5-21.html>
- Santos, R.F. (2004). Planejamento ambiental: teoria e prática. Oficina de Textos. São Paulo.
- Schweickart, D. Is sustainable capitalism possible? In: Procedia. Social and Behavioral Sciences. Vol. 4, n. 5, pp. 6739-6752. 2010. Recuperado em março, 2012, de http://ac.els-cdn.com/S1877042810011547/1-s2.0-S1877042810011547-main.pdf?_tid=c1baaf06-bb2e-11e2-ab42-00000aabb0f01&acdnat=1368382206_f87f739541e4f259d15d2a437adb7c1c
- Stoner; J.A.F. & Freeman, R.E. (1099). Administração. (5ª. ed.). Rio de Janeiro: LT.
- Suarez, P. A. Z. & Meneghetti, S. M. P. (2007). 70º aniversário do biodiesel em 2007: evolução histórica e situação atual no Brasil. Química Nova. (Vol. 30, n. 8). São Paulo. Recuperado em junho, 2012, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422007000800046&lng=en&nrm=iso
- Taylor, F. W. (1963). Princípios de administração científica. São Paulo: Atlas.
- Theodoro, S. H. & Barros, J. G. C. (2011). Política Nacional do Meio Ambiente: conquistas e perspectivas. In: Theodoro, S. H. (org.). Os 30 anos da Política Nacional de Meio Ambiente: conquistas e perspectivas. Rio de Janeiro: Garamond.
- Tolmasquim, M. T., Guerreiro, A. & Gorini, R. (2007, novembro). Matriz energética brasileira: uma prospectiva. Novos estudos (n. 79). São Paulo: CEBRAP. Recuperado em abril, 2011, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300003&lng=en&nrm=iso
- Veiga, J.E. (2010). Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond.
- Victor, P.A. (2008). Managing without growth: slower by design, not disaster. Cheltenham, UK: Edward Elgar Published Limited.
- World Commission on Environment and Development. (1987). Our Common Future. New York: Oxford University Press.
- Zhour, A.; Oliveira, R. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: Zhour, A. et al. (2005). A insustável leveza da política ambiental – Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica.